Sustos na hora da conta

HÉLIO HARA

Pagar os preços pré-estabelecidos é uma escolha. Surpresas desagradáveis podem entretanto acontecer, principalmente no caso de emergências. No dia 25 de dezembro de 1988, por exemplo, M.R.L., 80 anos, deu entrada em um renomado hospital de São Paulo, com quadro grave de úlcera perfurada. A paciente foi submetida a uma cirurgia de emergência e teve recuperação normal. Difícil foi se refazer da conta — na época, mais de NCz\$ 1 milhão — depois de quase uma semana de internação. Absurdo ainda maior é que entre os numerosos itens relacionados constavam 99 injeções de insulina em um dia — suficientes para matar — e 99 seringas descartáveis.

Antes de deixar o hospital, o que deveria ocorrer no máximo até às 12 horas para evitar a cobrança de mais uma diária, M.R.L. teria que ser submetida a uma última endoscopia. O exame só foi realizado a tempo porque, irritados com os funcionários que protelavam o horário do exame, seus parentes resolveram armar um escândalo.

A briga valeu também para que o setor de contabilidade do hospital concordasse em rever as despesas, o que resultou em uma redução de quase 50 por cento, mas não conseguiu apagar os vestígios de uma incômoda desconfiança: a de que provavelmente outras cobranças exorbitantes e indevidas haviam sido embutidas na conta.

Avaliar o preço justo da Medicina praticada nos

hospitais que atendem a pacientes particulares — de um a dois por cento da população, segundo estimativas de entidades médicas — é uma tarefa difícil. Os honorários não sofrem controle legal. O Código de Ética Médica limita-se a estabelecer, no artigo 86, que “é proibido ao médico receber remuneração pela prestação de serviços profissionais a preços vis ou extorsivos”.

Em casos como o de M.R.L., explica o Diretor Financeiro do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, Jorge Farha, há dois caminhos: primeiro, o ético. Uma denúncia aos conselhos regionais pode levar a uma sindicância, e, em caso de ficar provada a responsabilidade da instituição, a uma pena que varia de advertência sigilosa à cassação da licença do responsável técnico. Para obter ressarcimento, é preciso entretanto entrar com um processo na Justiça comum, e esperar pela tramitação que pode levar até vários anos.

Em São Paulo, o Diretor do Departamento de Proteção ao Consumidor da Secretaria de Defesa do Consumidor (Procon) Marcelo Gomes Sodré diz que a falta de parâmetros objetivos torna praticamente impossível resolver judicialmente questões como essas. Entre as denúncias acolhidas no Procon a maioria diz respeito a maternidades e pronto-socorros de cardiologia.

A quantidade de fraldas cobrada de uma mãe que denunciou uma instituição ao Procon seria suficiente para que seu bebê tivesse as suas trocadas a cada 30 minutos.